



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

7735 - Trabalho Completo - 14a Reunião da ANPEd – Sudeste (2020)

ISSN: 2595-7945

GT 11 - Política da Educação Superior

TENDÊNCIAS DA EXPANSÃO DOS CURSOS SUPERIORES DE TECNOLOGIA NO BRASIL

José dos Santos Souza - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

Keila Alves Pinto Lyra - UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Agência e/ou Instituição Financiadora: PIBIC/CNPq

TENDÊNCIAS DA EXPANSÃO DOS CURSOS SUPERIORES DE TECNOLOGIA NO BRASIL

Os Cursos Superiores de Tecnologia (CST) são cursos de graduação de curta duração que oferecem formação pragmática e utilitarista com vistas a atender demandas imediatas do mercado de trabalho, de modo a subordinar a educação aos interesses do empresariado. Para alguns autores, a criação desses cursos compõe ofensiva da classe burguesa frente a crise orgânica do capital (Cf.: SOUZA, 2020; SOUZA e VEIGA, 2020; SOUZA e OTRANTO, 2020; VEIGA e FIGUEIREDO, 2020). Para entender como se deu a implantação e expansão dos CST é importante entendê-los como parte da reestruturação produtiva e das reformulações do Estado brasileiro, tendo como base a hegemonia neoliberal, com forte influência internacional.

Neste texto, tratamos das tendências da evolução dos CST no Brasil, tomando como referência a divisão do trabalho educacional na Educação Superior do país. O objetivo é apontar as tendências da evolução dos CST no Brasil nas últimas duas décadas. Com base em dados do Censo da Educação Superior, buscamos explicitar um panorama da oferta de CST de 1994 a 2018, numa perspectiva de análise qualitativa.

Ao analisar a trajetória dos CST desde suas origens nas décadas de 1960 e 1970 até os dias atuais, é possível identificar sua oferta só deslanchou durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC). Posteriormente, essas ações ganharam continuidade durante os governos de Lula da Silva, de Dilma Rousseff e de Michel Temer. Ao tratar a educação tecnológica como mercadoria, conforme aponta Souza (2020, p. 338), tornou-se evidente o esforço do empresariado e do Estado para conferir ao trabalho pedagógico caráter mais “interessado”, preocupados em atender de forma mais imediata às demandas atuais de produtividade e competitividade das empresas.

A literatura sobre o tema aponta que a criação e as transformações da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica impulsionaram a oferta dos CST, reforçadas pelo amparo legal e formulações e ações governamentais. Na década de 1980, entretanto, por conta da crise econômica vivida no país, o incentivo à implementação dos CST diminuiu e poucos cursos novos surgiram. A partir da década de 1990, as políticas de expansão deste tipo de

curso ressurgiram, embora sob perspectiva neoliberal.

Ao analisarmos a evolução dos CST a partir dos dados censitários, é possível verificar retração na oferta dos CST no período de 1995 e 1998 e, posteriormente, o crescimento expressivo desses cursos no período de 2000 a 2010. Evidências que afirmam as políticas governamentais de incentivo à implementação e expansão dos CST, principalmente no Governo de FHC e no Governo Lula.

Em relação ao número de matrículas nos CST, em 1994 esses cursos apresentaram 57.816 matrículas (GIOLO, 2006), já em 2018 os cursos apresentaram 1.098.066 matrículas (INEP, 2019). Durante esse período, as matrículas nos CST apresentaram índice de crescimento de 1.799,1%. As matrículas no setor público correspondente ao período de 1994 a 2018 apresentaram percentual de crescimento de 745,8%. No que concerne às matrículas no setor privado nesse mesmo período, foi constatado aumento de 2.353,2%. Portanto, a evolução das matrículas nos CST se deu, principalmente, a partir da iniciativa privada que apresentou elevado índice de crescimento no período compreendido entre 1994 e 2018.

Ao analisar os CST a partir do tipo de organização acadêmica, os dados referentes ao período de 2002 a 2018 indicam maior índice de expansão dos Centros Universitários que apresentaram 2.852,1% de crescimento na oferta dos CST. As organizações acadêmicas que apresentaram menor índice de crescimento neste segmento de 2002 a 2018 foram os Institutos Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (IF) e Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), com apenas 303,65% de evolução na oferta de CST. Contudo, o maior número de CST está concentrado nas Faculdades. Em 2018, este tipo de organização acadêmica ofereceu 2.964 cursos, sendo pouco mais de 90% deles em instituições privadas. Essa tendência se mantém desde 2002, de modo a reafirmar o caráter não-universitário e privado que a expansão dos CST materializou.

Se no final dos anos de 1990 os CST representavam apenas 4% do total de cursos de graduação, em 2018, esses cursos já representavam 20,6% deste total. Isto confirma a constatação de que essa expansão tem se dado majoritariamente na iniciativa privada, por instituições não universitárias e, mais recentemente, pela modalidade Educação à Distância (EaD), conforme o recomendação dos organismos internacionais e em consonância com as políticas privatistas de cunho neoliberal. Configura-se desta forma uma tendência dos CST oferecidos à classe trabalhadora, indicando o direcionamento da expansão do acesso ao nível superior no Brasil.

Promover a formação da classe trabalhadora por meio de cursos superiores aligeirados, numa perspectiva pragmática, imediatista e interessada de formação humana a fim de formar profissionais de novo tipo, mais flexíveis e suscetíveis às mudanças do mundo do trabalho, prioritariamente em instituições não universitárias e privadas configura um projeto político Educacional perverso. Na realidade, este projeto ratifica a velha dualidade do ensino no nível da educação superior, quando limita o acesso ao conhecimento científico e tecnológico, ao estabelecer padrões distintos de formação superior de acordo com a origem de classe. Evidencia-se, assim, que o desenvolvimento dos CST, além de cumprir o papel formativo de quadros profissionais de novo tipo, cumprem também uma função estratégica na mediação do conflito de classes na política pública de formação humana.

O caráter eminentemente privado da expansão dos CST coaduna com concepção de estado-mínimo para a classe trabalhadora e generoso e condescendente com os mais favorecidos. Tudo isto em um contexto em que se transfere para os indivíduos a responsabilidade por sua própria formação, mobilizados pelas ideologias do empreendedorismo e da empregabilidade.

REFERÊNCIAS

GIOLO, Jaime. A Educação Superior Tecnológica no Brasil: os números de sua expansão. **In: Universidade e Mundo do Trabalho**: Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006. 323p. (Coleção Educação Superior em Debate; v.3).

INEP, 2018. **Inepdata**: Censo da educação superior, Resumo Técnico de 2017. Brasília, DF: 2019. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/resumos-tecnicos1>> Acesso em Março de 2020.

SOUZA, José dos Santos. Cursos superiores de tecnologia: a materialidade da formação enxuta e flexível para o precariado no Brasil. **Trabalho Necessário**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 36, p. 320 - 342, maio - ago 2020.

SOUZA, José dos Santos; OTRANTO, Celia Regina. O Papel dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia na Divisão do Trabalho da Educação Superior no Brasil. In: SANTOS, Maria Rosimary Soares dos; MELO, Savana Diniz Gomes; GARIGLIO, Ângelo. **Políticas, Gestão e Direito à Educação Superior**: novos modos de regulação e tendências em construção. Belo Horizonte: Fino Traço, 2020. p. 205-233.

SOUZA, José dos Santos; VEIGA, Cristina P. S. Determinantes sociais e políticos da regulamentação e fomento de cursos superiores de tecnologia no Brasil. **Práxis Educacional**, [S. l.], v. 16, n. 38, p. 461-482, 2020. DOI: 10.22481/praxisedu.v16i38.6021 . Disponível em: <http://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/6021> . Acesso em: 15 set. 2020.

VEIGA, Célia Cristina P. S.; FIGUEIREDO, Bruno de Oliveira. A proposição de cursos superiores de tecnologia para formação do trabalhador de novo tipo. **RTPS - Revista Trabalho, Política e Sociedade**, v. 5, n. 8, p. p. 139-157, 25 maio 2020.

Palavras-Chave: Ensino Superior, Curso Superior de Tecnologia, Educação Tecnológica.